



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2023/SAEST/UFPA de 12 de setembro de 2023

Estabelece normas e procedimentos para concessão de Taxa Zero nos Restaurantes Universitários da UFPA a discentes matriculados (as) em cursos de graduação da UFPA.

O SUPERINTENDENTE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Magnífico Reitor, resolve:

CAPÍTULO I – DA FINALIDADE

Art. 1º. A Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), torna pública a presente Instrução Normativa, que regulamenta o Processo Seletivo de concessão de Taxa Zero, que consiste na gratuidade das refeições do Restaurante Universitário (RU) da UFPA, de acordo com os critérios e condições aqui definidos.

Art. 2º. A presente Instrução Normativa se destina a selecionar discentes dos cursos de graduação presencial da UFPA, modalidade extensiva (regular) e intensiva (intervalar), em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cursando prioritariamente a primeira graduação, para a concessão de Taxa Zero nos RUs como forma de promover à permanência do (a) discente durante o tempo regular do seu curso até a integralização.

CAPÍTULO II – DA MODALIDADE

Art. 3º. A Taxa Zero, vinculada ao Programa Permanência, viabiliza gratuitamente as refeições (almoço e jantar) diárias no Restaurante Universitário (RU) do Campus Belém (unidades do básico e profissional) da UFPA.

I. A Taxa Zero é operacionalizada pela Superintendência de Assistência Estudantil – SAEST, com ações integradas entre a Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE e Restaurante Universitário – RU, vinculado à Diretoria de Serviços de Alimentação Estudantil – DISAE.

II. A Taxa Zero será concedida à discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com prioridade para discentes em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e/ou risco social.

III. A Taxa Zero assiste ao (a) discente com a gratuidade, segurança e equilíbrio alimentar, e potencializa a otimização do seu tempo e a promoção à qualidade para a sua vida acadêmica.

IV. A Taxa Zero busca ofertar alimentação variada e balanceada e promover bons hábitos alimentares, assegurando o uso de produtos de qualidade e em bom estado de conservação para que o (a) discente tenha acesso às refeições de forma adequada.

V. A concessão da refeição gratuita ocorrerá nos horários e dias de funcionamento regulares do RU, e de acordo com as normas estabelecidas por este.

Art. 4º. A vigência da Taxa Zero será até o mês de dezembro de 2024, podendo ser renovada mediante a solicitação do (a) discente por meio de inscrição.

Parágrafo Único. Casos excepcionais serão avaliados pela Equipe Técnica da SAEST durante o processo de seleção e vigência da Taxa Zero.

Art. 5º. Serão concedidas 1.500 vagas, observando-se que:

§ 1º. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) do número de vagas para atendimento preferencial de estudantes indígenas.

§ 2º. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) do número de vagas para atendimento preferencial de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

estudantes quilombolas.

§ 3º. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) do número de vagas para atendimento preferencial de estudantes pertencentes a populações tradicionais.

§ 4º. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) do número de vagas para atendimento preferencial de estudantes com deficiência (PcD).

§ 5º. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) do número de vagas para atendimento preferencial de estudantes estrangeiros.

§ 6º. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) do número de vagas para atendimento preferencial de estudantes imigrantes, refugiados, asilados, apátridas ou vítimas de tráfico de pessoas.

§ 7º. Caso não seja preenchido o percentual de vagas destinado a quaisquer dos grupos de candidatos (as) previstos nos parágrafos anteriores, o quantitativo remanescente será destinado à ampla concorrência.

CAPÍTULO III – DO CADASTRO DE RESERVA

Art. 6º. Será constituído Cadastro de Reserva de candidatos (as) selecionados (as), que não sejam contemplados (as) com o quantitativo de vagas disponíveis nesta Instrução Normativa, considerando a ordem de inscrição e a ordem de classificação obtida por meio da pontuação no CADGEST.

§ 1º. Os (As) candidatos (as) em Cadastro de Reserva poderão ser atendidos (as) posteriormente, caso haja desistência, cancelamento ou aumento do quantitativo de vagas disponíveis.

§ 2º. Os (As) candidatos (as) convocados (as) do Cadastro de Reserva devem fazer sua habilitação no prazo determinado pela SAEST.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Art. 7º. Somente será considerado (a) apto (a) a participar do processo seletivo, objeto desta Instrução Normativa, o (a) candidato (a) que preencher cumulativamente as seguintes condições:

- I. Estar vinculado a curso de graduação presencial ofertado na UFPA – Campus Belém.
- II. Estar regularmente matriculado (a) e frequente em curso de graduação presencial na UFPA, modalidade extensiva (regular) ou intensiva (intervalar).
- III. Estar cursando, prioritariamente, a primeira graduação.
- IV. Possuir renda per capita de até um e meio (1,5) salário mínimo vigente.
- V. Estar inscrito no Cadastro Geral de Assistência Estudantil (CADGEST) na condição de cadastro DEFERIDO após resultado final do processo seletivo.

§ 1º. O (A) discente deverá estar inscrito e com cadastro deferido no CADGEST em qualquer dos grupos discentes.

§ 2º. Casos excepcionais serão avaliados pela Equipe Técnica da SAEST durante o processo de seleção.

Art. 8º. Não será assistido (a) por esta Instrução Normativa o (a) candidato (a):

- I- Vinculado (a) a curso de graduação em modalidade de ensino à distância (EaD).
- II- De curso de graduação ofertado no âmbito de contrato especial da UFPA com governos (Federal, Estadual ou Municipal), a exemplo do Programa Forma Pará, Programa de Formação de Professores (PARFOR), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e outros de mesma natureza.
- III- Que esteja com pendências de prestação de contas, a exemplo dos auxílios: Moradia, Kit Acadêmico, Kit de Tecnologia Assistiva para PcD, Inclusão Digital, Apoio à Viagem Acadêmica (AVA), Primeira Infância (creche),



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Instruir, SCDP/UFPA (diárias e passagens), PROLÍNGUAS e outros de mesma natureza.

CAPÍTULO V – DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

Art. 9º. As etapas do processo seletivo são:

- I. **Inscrição:** conforme disposto no Capítulo VII.
 - II. **Análise da Inscrição *on-line*:** realizada pela Equipe Técnica da SAEST.
 - III. **Visita Domiciliar:** poderá ser realizada antes ou durante o período de vigência do (s) auxílio (s), consistindo no deslocamento da Equipe Técnica até a residência de origem ou atual dos (as) discentes participantes do processo seletivo com o objetivo de conhecer *in loco* a realidade socioeconômica familiar.
 - IV. **Entrevista:** poderá ocorrer antes ou durante o período de vigência do auxílio, tendo em vista a necessidade de esclarecimento de situações específicas identificadas pela Equipe Técnica da SAEST. A entrevista poderá ser realizada remotamente por meio de plataformas digitais (vídeo chamada). Neste caso, o (a) discente ou seu responsável legal será comunicado (a) por e-mail com antecedência mínima de três (03) dias úteis.
 - V. **Resultado Preliminar:** divulgação do resultado da análise socioeconômica da inscrição no SIGAEST, sujeito a recurso.
 - VI. **Recurso:** poderá ser impetrado exclusivamente via SIGAEST, até quarenta e oito (48) horas após o Resultado Preliminar, caso o (a) candidato (a) discorde do resultado de indeferimento.
 - VII. **Resultado Final:** divulgação do resultado final da análise socioeconômica via SIGAEST, não cabendo mais recurso.
 - VIII. **Habilitação:** apresentação do Atestado/Declaração de matrícula no período letivo vigente emitida, assinada e carimbada pela faculdade ao qual o curso é vinculado, para candidatos (as) com matrícula não registrada no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)
- Parágrafo Único.** Será de inteira responsabilidade do (a) candidato (a), acompanhar todas as etapas do processo seletivo.

CAPÍTULO VI – DO CRONOGRAMA

Art. 10. O processo seletivo seguirá o cronograma abaixo:

Nº	ETAPAS	PERÍODOS
1.	Publicação da Instrução Normativa	12 de setembro de 2023
2.	Período de inscrição <i>on-line</i> no SIGAEST	De 15 a 30 de cada mês
3.	Análise da inscrição <i>on-line</i>	De 01 a 10 do mês subsequente à inscrição
4.	Resultado Preliminar	A partir do dia 10 do mês subsequente à inscrição
5.	Período de envio de Recursos	Até 48 horas após o Resultado Preliminar
6.	Avaliação dos Recursos	A partir do dia 11 do mês subsequente à inscrição
7.	Resultado Final	A partir do dia 13 do mês subsequente à inscrição
8.	Vigência	Até dezembro/2024

CAPÍTULO VII – DA INSCRIÇÃO

Art. 11. A inscrição neste processo seletivo será realizada exclusivamente por meio do SIGAEST, através do endereço



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

<https://sigaest.ufpa.br/sigaest/inicial.php>.

Art. 12. O período de inscrições será de **15 a 30 de cada mês**.

Art. 13. Para a realização da inscrição, o (a) discente com cadastro DEFERIDO no CADGEST deverá proceder da seguinte forma:

- I. Acessar o SIGAEST através do endereço <https://sigaest.ufpa.br/sigaest/inicial.php> e acessar a sua conta, com CPF e senha cadastrada;
- II. Clicar em “INSCRIÇÕES ABERTAS”;
- III. Clicar em “INICIAR INSCRIÇÃO” na aba do “Auxílio Taxa Zero 2023”;
- IV. Clicar em “SOLICITAR ESTE AUXÍLIO”;
- V. Ler, declarar, concordar e estar ciente do “Termo de Declaração de Concordância e Veracidade”;
- VI. O cadastro do CADGEST será importado automaticamente, sendo efetivada a inscrição no processo seletivo;
- VII. Concluir a inscrição e enviar para análise

Art. 14. Em nenhuma hipótese será realizada a reabertura da inscrição após a finalização pelo (a) candidato (a) no SIGAEST durante e/ou após o período de inscrições, conforme o cronograma disposto no Art. 10 desta Instrução Normativa.

Art. 15. A SAEST não se responsabilizará por falhas ocorridas nos equipamentos utilizados pelos (as) candidatos (as) que impossibilitem a transferência de dados ou por falhas de conexão da Internet que impossibilitem o cumprimento das etapas do processo seletivo.

CAPÍTULO VIII - DA ANÁLISE

Art. 16. Será considerada a análise socioeconômica realizada referente ao CADGEST para fins deste processo seletivo, bem como o atendimento (ou não) às condicionalidades previstas nesta Instrução Normativa, conforme o disposto no Capítulo IV, para emissão do resultado.

Art. 17. Como forma de conhecer a realidade socioeconômica do (a) discente, bem como esclarecer alguma situação específica, poderão ser realizadas pela Equipe Técnica da SAEST entrevista e/ou visita domiciliar.

Art. 18. A entrevista e/ou visita domiciliar poderá ocorrer durante o período de análise da solicitação e/ou durante o período de vigência da Taxa Zero.

§1º. A entrevista poderá ser realizada remotamente por meio de plataformas digitais (vídeo chamada). Neste caso, o (a) discente será comunicado (a) por e-mail com antecedência mínima de três (03) dias úteis.

§2º. Se o (a) discente não atender à convocação para entrevista, a solicitação poderá ser indeferida.

§3º. Caso os membros do grupo familiar não recebam ou atendam à Equipe Técnica da SAEST durante a visita domiciliar, a solicitação poderá ser indeferida.

§4º. Se for informado endereço residencial incompleto ou incorreto, inviabilizando a localização da residência para realização da visita domiciliar, a solicitação será indeferida.

§5º. Poderão ser solicitados documentos e/ou informações adicionais aos inseridos no CADGEST, mediante verificação de necessidade a partir da análise da inscrição pela Equipe Técnica.

§6º. O (a) candidato (a) que, após análise, ficar em pendência documental e/ou de informações deverá anexar no SIGAEST a documentação/informação correspondente no prazo de até trinta (30) dias, a contar da emissão do primeiro parecer. No caso de não atendimento deste prazo a solicitação será indeferida.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

CAPÍTULO IX - DO RECURSO

Art. 19. O recurso deverá ser impetrado até quarenta e oito (48) horas após a divulgação do Resultado Preliminar, caso o (a) candidato (a) discorde do resultado de indeferimento.

§1º. O recurso deverá ser enviado pelo (a) candidato (a), exclusivamente via SIGAEST.

§2º. São procedimentos para realizar o envio de recurso:

- I. Acessar a sua conta do SIGAEST (<https://sigaest.ufpa.br/sigaest/inicial.php>) com CPF e senha cadastrada;
- II. Clicar na aba "AUXÍLIOS EM QUE ESTOU INSCRITO";
- III. Clicar em "ACOMPANHAR" no quadro do "Taxa Zero 2023";
- IV. Clicar no botão "CLIQUE AQUI PARA ENVIAR RECURSO" e digitar o texto atentando para o motivo do indeferimento do seu processo da inscrição descrito no RESULTADO PRELIMINAR;
- V. Clicar no botão "ENVIAR RECURSO".

§3º. Não será aceito o envio de recurso por e-mail, correio, presencial ou qualquer outro meio que não seja o SIGAEST.

§4º. Não será permitido o envio de documentos no período de recurso.

§5º. Após análise de todos os recursos, a SAEST divulgará o Resultado Final individualmente no SIGAEST.

CAPÍTULO X – DA CONCESSÃO

Art. 20. A concessão da Taxa Zero ocorrerá até dezembro/2024, a partir do resultado de DEFERIMENTO no SIGAEST.

Art. 21. Para o efetivo acesso à gratuidade das refeições nos Restaurantes Universitários da UFPA – Campus Belém, o (a) discente com resultado de DEFERIMENTO da inscrição da Taxa Zero deverá comparecer ao RU, nos dias e horários de funcionamento estabelecidos, com documento de identificação com foto e comprovante de matrícula no período letivo vigente.

Art. 22. Nos casos em que for constatada A AUSÊNCIA DE MATRÍCULA NO PERÍODO LETIVO VIGENTE, a concessão da Taxa Zero será SUSPENSA.

Art. 23. Nos casos em que for constatado o TRANCAMENTO, o CANCELAMENTO, a INTEGRALIZAÇÃO ou a CONCLUSÃO do curso, a concessão da Taxa Zero será ENCERRADA.

Art. 24. Com exceção aos períodos de férias ou recesso, se constatada a não realização das refeições no RU pelo (a) discente por quinze (15) dias consecutivos ou mais, a concessão da Taxa Zero será SUSPENSA.

Parágrafo Único. Nos casos relacionados à saúde que impeçam o (a) discente de frequentar as aulas, e por consequência o RU, este (a) deverá apresentar justificativa à SAEST, através do e-mail saestcae@ufpa.br, conforme a Seção II, Capítulo II do Regulamento do Ensino de Graduação vigente.

CAPÍTULO XI – DAS OBRIGAÇÕES

Art. 25. Durante a vigência da Taxa Zero, o (a) discente contemplado (a) compromete-se a:

- I. Cumprir as atividades acadêmicas ao longo de seu curso de graduação, visando integralização curricular do seu curso de graduação no tempo regular previsto.
- II. Manter-se matriculado (a) e frequente no curso de graduação, com CRPL de no mínimo 5,0, correspondente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ao conceito REGULAR, durante todo o período de vigência da Taxa Zero.

- III. Possuir frequência acadêmica mínima de 75% nas disciplinas cursadas por semestre.
- IV. Não ultrapassar dois períodos letivos do tempo regular do curso de graduação em que estiver matriculado (a) para a integralização curricular.
- V. Apresentar comprovante de matrícula e histórico acadêmico atualizados, sempre que solicitado.
- VI. Informar à SAEST qualquer dificuldade na execução dos objetivos do Programa.
- VII. Informar imediatamente à SAEST em caso de mudança de curso.
- VIII. Comunicar quaisquer alterações de endereço, telefone e e-mail, sempre que houver a substituição do contato, devendo o (a) discente realizar a atualização imediatamente no SIGAEST.
- IX. Informar à SAEST qualquer modificação na situação socioeconômica familiar, tais como: alteração na situação da renda familiar, mudança na composição familiar e de endereços residenciais (origem e/ou atual).
- X. Em caso de desistência, solicitar o cancelamento do auxílio por meio do SIGAEST na aba “Ver ou cancelar auxílios ou bolsas”.
- XI. Atender às convocações da SAEST realizadas por e-mail, telefone ou chamada pública no site www.saest.ufpa.br.

CAPÍTULO XII - DO CANCELAMENTO

Art. 26. O (a) discente terá a concessão da Taxa Zero cancelada se:

- I. Descumprir as obrigações constantes nos incisos de I a XI do Art. 25 desta Instrução Normativa.
- II. Trancar ou cancelar o curso de graduação.
- III. Integralizar todas as disciplinas do curso de graduação, incluindo o TCC, estando apenas no aguardo da colação de grau.
- IV. Perder o vínculo institucional, conforme determina os Art. 118 e 121, Capítulo VII do Regulamento do Ensino de Graduação vigente ou qualquer outro que trate de processo de prescrição de vínculo de discentes de graduação da UFPA.
- V. For constatada mudança no perfil socioeconômico familiar no período de vigência do (s) auxílio (s) que ultrapasse a renda per capita de um e meio (1,5) salário mínimo vigente.
- VI. Os membros do grupo familiar não receberem ou atenderem a Equipe Técnica da SAEST durante a visita domiciliar.
- VII. Informar endereço residencial incompleto ou incorreto, inviabilizando a localização da residência.
- VIII. Apresentar pendência de prestação de contas do Auxílio Moradia, Viagem Acadêmica (AVA), Primeira Infância (creche), Kit Acadêmico, Kit de Tecnologia Assistiva para PcD, Inclusão Digital, PROLÍNGUAS e/ou SCDP/UFPA.
- IX. For constatada irregularidade ou inadequação em documentos e/ou informações prestadas e/ou falsificação documental.

Parágrafo Único. Os casos de denúncias sobre fraudes em documentos e declarações apresentados serão apurados pela Equipe Técnica da SAEST, e, se comprovadas, esta processará o cancelamento imediato da concessão da Taxa Zero.

Art. 27. Não configurará o cancelamento da concessão da Taxa Zero se o (a) discente assistido (a) estiver assegurado com exercício domiciliar, conforme condições previstas no Regulamento de Ensino da Graduação da UFPA vigente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GABINETE DA REITORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Parágrafo Único. O (A) discente deverá comprovar o exercício domiciliar a SAEST através do envio de documentação comprobatória, emitida pela Faculdade ao qual é vinculado (a), ao e-mail saestcae@ufpa.br.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Todas as informações serão divulgadas no site da SAEST através do endereço <https://www.saest.ufpa.br/portal/> em datas e prazos informados no Art. 10 desta Instrução Normativa.

Art. 29. Todos os resultados serão divulgados no SIGAEST disponível no endereço <https://sigaest.ufpa.br/sigaest/inicial.php>, através da conta individual do (a) candidato (a).

Art. 30. A SAEST, reserva-se o direito de realizar sindicância sobre as informações prestadas, bem como rever, em qualquer momento, a concessão da Taxa Zero, mediante comprovada má-fé nas informações apresentadas.

Parágrafo Único. A omissão ou falsidade de informações pertinentes à solicitação resultará em exclusão do (a) discente do Programa Permanência, sem prejuízo às demais medidas cabíveis, em consonância com o Art. 299 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940), que define como crime: “omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante”.

Art. 31. Em caso de denúncia, a concessão da Taxa Zero poderá ser cancelada, desde que comprovada, pela Equipe Técnica da SAEST, a sua veracidade.

Art. 32. Se houver comprovação de fraude documental, omissão ou falsidade de informações pertinentes à solicitação da Taxa Zero, à SAEST cabe:

- I. Cancelar imediatamente a concessão da Taxa Zero;
- II. Vedar o ingresso do (a) discente em situação descrita no caput deste artigo, em outros Programas de Assistência Estudantil.

Art. 33. No caso dos (as) discentes assistidos (as) que ultrapassem o tempo legal previsto do curso para sua integralização curricular, a SAEST, reserva-se o direito de avaliar a prorrogação ou não da concessão da Taxa Zero, ouvido o Colegiado do Curso, para além do prazo legal estipulado.

Art. 34. A inscrição do (a) discente implica na aceitação de todas as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

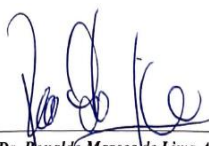
Art. 35. As informações adicionais poderão ser obtidas presencialmente na SAEST ou através do telefone (91) 3201-7346 ou do através do e-mail saestcae@ufpa.br.

Art. 36. Os casos omissos e/ou excepcionais serão resolvidos, em primeira instância, pela SAEST.

Art. 37. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Belém, 12 de setembro de 2023.


Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Superintendente de Assistência Estudantil
Portaria nº 1.929/2019